

25 fev. 1988, Diário 101, Lisboa

BIBLIOTECA MUNICIPAL MANUEL DE BOAVENTURA - ESPOSENDE

REVISTA DE IMPRENSA Publicação O Diário  
Local Lisboa Data 25/02/88 Série \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_

## Governo prepara «quase em segredo» reentrega à Misericórdia do Hospital de Esposende

**B**raga (da nossa delegação) — O Governo PSD/Cavaco Silva, ao passar o Hospital de Esposende para a posse da Misericórdia, como pretende, afasta a população de Esposende de um direito que deveria ser de todos e que se torna cada vez mais um direito só de alguns — o direito à saúde.

A afirmação consta de um comunicado que a comissão concelhia de Esposende do PCP acaba de divulgar, no qual se estranha também o facto de a reentrega do hospital à Misericórdia se «processar quase em segredo».

«Porquê?», pergunta-se no documento, onde se põem outras questões, designadamente o desconhecimento de qualquer tomada de posição, sobre o assunto, por parte da Câmara Municipal.

Para aquela estrutura concelhia do PCP, a rede hospital do SNS fica sem hospital/unidades de internamento em Esposende, situação que levará os doentes a recorrer aos hospitais distritais, sem capacidade para os receber. Ou, como se sublinha ainda, terão os doentes de passar a pagar

do seu bolso, às Misericórdias, o seu direito à saúde.

A nota historia a integração, na rede oficial, em 1976, do conjunto das unidades concelhias das misericórdias, cujo funcionamento se processava à custa dos subsídios do Estado e em condições deficientes, «sem material técnico e humano capaz». «O nível de assistência prestada — sublinha-se — foi sempre baixíssimo.»

O apetrechamento material, o recrutamento de pessoal e a introdução de níveis e direitos salariais compatíveis com a função pública fez com que a saúde começasse a ser um direito de todos, recorda-se no documento, onde a reentrega à Misericórdia é considerada como uma forma de pôr em causa esse direito.

«A qualidade técnica dos serviços prestados será avaliada por quem? — pela administração/mesa da Misericórdia?», indaga-se na nota da concelhia do PCP, que acusa o Governo de «falta de competência e de eficácia» na resolução dos problemas reais do País e das populações.